



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Ordinário** **0000859-02.2024.5.08.0107**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 31/10/2024

**Valor da causa:** R\$ 111.114,52

**Partes:**

**RECLAMANTE:** KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES

**ADVOGADO:** PITER AFONSO LINDEN

**ADVOGADO:** MIRIAN LOURENI DE SOUZA

**RECLAMADO:** BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A

**ADVOGADO:** MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

**RECLAMADO:** BANCO DO BRASIL SA

**ADVOGADO:** MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES

**PERITO:** FRANCISCO DE ASSIS CAPUZZO

MM JUÍZO,

Processo: 0000859-02.2024.5.08.0107

RECLAMANTE: KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES

1ª RECLAMADA: BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS

2ª RECLAMADA: BANCO DO BRASIL S.A

Tese: ausência de grupo econômico

**BANCO DO BRASIL S.A** Instituição Financeira, já qualificada nos autos, vem, respeitosamente, por meio de seu Procurador, oferecer **CONTESTAÇÃO**, conforme os fatos e fundamentos abaixo:

#### I- RESUMO DA LIDE

A parte reclamante afirma ter iniciado seu contrato de trabalho, como Técnico de Operações, com a reclamada principal no dia 06.03.2014, com último salário base no valor de R\$ 3.455,83 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

Argui também, que presta serviços para a segunda reclamada, **BANCO DO BRASIL S.A.**

E que há configurado grupo econômico entre a primeira e a segunda reclamada.

Motivo pelo qual requer o chamamento a lide do **BANCO DO BRASIL S.A.**, como responsável solidária/subsidiária.

Ocorre excelência, que tais fatos não passam de meras especulações, uma vez que, **BANCO DO BRASIL S.A** não possui responsabilidades sobre o feito, como ficará demonstrado a seguir.

#### II- DA IMPUGNAÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA

O reclamante requer a gratuidade beneficiária.

Ocorre que, como o próprio confessa em sua inicial, o salário que recebe é no valor de R\$ 3.455,83 (três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), o qual ULTRAPASSA o limite elencado no artigo 790 § 3 da CLT, qual seja de no máximo 40 % do teto do RGPS e não comprova que este valor é totalmente utilizado para a sua subsistência.

Nessa seara, não merece prosperar o pedido de gratuidade judiciária.

#### III- DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

A Reclamada é parte ilegítima para responder aos termos da presente reclamação trabalhista, quer de forma direta, solidária, ou subsidiária, uma vez que:

- a. jamais manteve qualquer vínculo empregatício com o reclamante.
- b. **pertence à Administração Pública e, por este motivo, face a norma do Art. 71, §1º, da Lei 8.666/93, não possui responsabilidade, sobretudo de forma automática, pelas**



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

**verbas pretensamente inadimplidas pela empresa prestadora de serviços.**

c. não integra, grupo econômico com a empresa Reclamada.

A segunda reclamada não pode ter sua ilegitimidade negada, uma vez que, não integra grupo econômico com a reclamada principal, e pertence à administração pública, ou seja, as inadimplências do contrato não podem ser transferidas ao Banco do Brasil, conforme art. 71, §1º da Lei 8.666/93

*Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*

*§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.*

Ademais, as reclamadas são autônomas e independentes entre si, com corpo diretivo, contrato social, CNPJ e administração distintas. O art. 2, §2º da CLT dispõe que devem estar sob a direção, controle ou administração DE OUTRA, para que seja configurado o grupo econômico, o que não é o caso das reclamadas.

O Banco do Brasil é uma instituição financeira constituída como sociedade de economia mista, controlada pela União. Já a primeira reclamada é uma pessoa jurídica de direito privado, que não integra o Sistema Financeiro Nacional, conforme dispõe o artigo 17 e 18 da Lei 4595/64.



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

→ ↺ https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpj

**BRASIL** Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação

**REDESIM** COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b><br>42.318.343/0001-04<br><b>FILIAL</b>  | <b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b> | <b>DATA DE ABERTURA</b><br>26/07/1974             |
| <b>NOME EMPRESARIAL</b><br>BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A  |   |   |
| <b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b><br>*****   |   | <b>PORTE</b><br>DEMAIS                            |
| <b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b><br>55.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos  |   |   |
| <b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b><br>18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos<br>33.13-8-02 - Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos<br>33.13-8-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente<br>33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente<br>33.29-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente<br>42.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica<br>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática<br>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente<br>62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda<br>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis<br>62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis<br>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação<br>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação<br>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet<br>63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente<br>74.20-0-05 - Serviços de microfilmagem<br>82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo<br>82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente<br>82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento<br>82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais |   |   |
| <b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b><br>205-4 - Sociedade Anônima Fechada  |   |   |
| <b>COORDENADOR EST DOS BANDEIRANTES</b>  | <b>NÚMERO</b><br>7966                                   | <b>CODIFICANTE</b><br>*****                       |
| <b>CEP</b><br>22.783-110   | <b>BORRADORSTRETO</b><br>JACAREPAGUA                    | <b>BORRADORSTRETO</b><br>RIO DE JANEIRO           |
| <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b><br>CONTABILIDADE@BBTSCNO.COM.BR   |   | <b>TELEFONE</b><br>(21) 2408-9976/ (61) 3348-3500 |
| <b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b><br>*****  |   |   |
| <b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b><br>ATIVA   |   | <b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b><br>03/11/2005   |
| <b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b><br>*****   |   |   |
| <b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b><br>*****  |   | <b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b><br>*****         |

Atividade  
fim da 1ª  
reclamada



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
clique aqui

atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

|  |   |   |
|--|---|---|
| NUMERO DE INSCRIÇÃO<br>00.000.000/0001-91<br>MATRIZ  | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br>01/08/1966  |
| NOME EMPRESARIAL<br>BANCO DO BRASIL SA   |   |   |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>DIRECAO GERAL  |   | PORTE<br>DEMAIS   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br>64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial                                       |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br>64.99-9-99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente |   |   |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA JURÍDICA<br>203-6 - Sociedade de Economia Mista  |   |   |
| LOGRADOURO<br>Q SAUNI QUADRA 5 BLOCO B TORRE I, II, III  | NUMERO<br>SN  | SUPLEMENTO<br>ANDAR T I SL S101 A S1602 T II SL C101 A C1602 TIII SL N101 A N1602 |
| CNPJ<br>70.040-012   | BARRIO/DISTRITO<br>ASA NORTE                        | MUNICIPIO<br>BRASILIA   |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br>SECEX@BB.COM.BR   | TELEFONE<br>(61) 3493-9002                          |   |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>UNIÃO   |   |   |
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br>ATIVA  | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br>03/11/2005            |   |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL   |   |   |
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>NENHUMA   |   |   |
| DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>NENHUMA   |   |   |

Atividade fim  
da 2ª  
reclamada

Outrossim, mesmo que o Banco do Brasil e a reclamada principal tivessem sócios em comum, a mera identidade de sócios não gera a responsabilidade solidária/subsidiária, com fulcro no art. 2, §3º da CLT.

*§ 3o Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.*

Também, tese semelhante foi arguida em sede de Recurso de Revista e a quinta turma do TST, teve o mesmo entendimento do artigo supracitado, excluindo a responsabilidade solidária da reclamada e em precedente da SBDI-1 vem ao encontro da tese firmada.

*Existência de sócios comuns. Grupo Econômico. Não caracterização. Ausência de subordinação. O simples fato de duas empresas terem sócios em comum não autoriza o reconhecimento do grupo econômico, pois este, nos termos do*

*art. 2º, § 2º, da CLT, pressupõe subordinação à mesma direção, controle ou administração, ou seja, exige uma relação de dominação interempresarial em que o controle central é exercido por uma delas (teoria hierárquica ou vertical). Na hipótese, ressaltou-se que não obstante as empresas em questão terem os mesmos sócios, uma delas é voltada para o mercado imobiliário, enquanto que a outra atua no ramo de segurança e transporte de valores, bem como importação e exportação de*



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
clique aqui

*equipamentos eletrônicos, não guardando, portanto, qualquer relação entre os respectivos objetos comerciais a indicar laços de direção entre elas. Com esse entendimento, a SBDI-I, em sua composição plena, por maioria, conheceu dos embargos interpostos pela reclamante, por divergência jurisprudencial, vencidos os Ministros Horácio Raymundo de Senna Pires, relator, Antonio José de Barros Levenhagen, Brito Pereira e Aloysio Corrêa da Veiga, que não conheciam do apelo. No mérito, também por maioria, a Subseção negou provimento ao recurso, vencidos os Ministros Lelio Bentes Corrêa, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta e Hugo Carlos Scheuermann, que davam provimento aos embargos para restabelecer a decisão proferida pelo TRT que, adotando a teoria horizontal ou da coordenação, entendeu configurado o grupo econômico porque existente nexó relacional entre as empresas envolvidas, pois além de terem sócios em comum, restou demonstrado que houve aporte financeiro dos sócios de uma empresa na outra. TST-E-ED-RR-214940-39.2006.5.02.0472, SBDI-I, rel. Min. Horácio Raymundo de Senna Pires 22.5.201*

Desse modo, não há que se falar em responsabilidade solidária, já que, não integram o mesmo grupo econômico e nem se enquadram no art. 2 da CLT.

Requer assim, a improcedência do pedido de responsabilidade solidária.

#### IV. DO MÉRITO

Em decorrência do princípio da eventualidade, contesta-se o mérito da sentença, na remota hipótese de não acolhimento da preliminar arguida.

##### IV.1 DA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO

A jurisprudência do TST é firme no sentido de que para a configuração de grupo econômico e, conseqüentemente, para caracterização da responsabilidade solidária, é fundamental a existência de relação hierárquica entre as empresas. E diante a relação da segunda reclamada com a primeira não tem que se falar em hierarquia, já que, a BB Tecnologia e Serviços é uma empresa totalmente independente e somente presta serviços ao Banco do Brasil.

|                                 | BANCO DO BRASIL  | BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS   |
|---------------------------------|--|--|
| <b>SÓCIOS</b>                   | União (mais de 50%) e o restante capital aberto (bolsa de valores) | Graciano dos Santos Neto e Fundação CPQD- Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações |
| <b>REPRESENTANTES JURÍDICOS</b> | Nelson Willans, Bernardo Buosi e Marcos Delli Ribeiro              | Matia Inês Caldeira Pereira  |
| <b>CNPJ</b>                     | 00.000.000/0001-91   | 42.318.949/0001-84   |
| <b>PREPOSTOS</b>                | Fernando Rodrigues da Silva  | Eleazar Messias dos Santos   |

<https://transparencia.cc/dados/socios/42318949000184/consorcio-ctc-sbe/>



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

| MEMBROS                           | FUNÇÃO  | E-MAIL                     |  |  |  |
|-----------------------------------|---|----------------------------|--|--|--|
| + Gustavo Garcia Lellis           | DIRETOR DE SUPRIMENTOS, INFRAESTRUTURA E PATRIMÔNIO   | direc@bb.com.br            |  |  |  |
| + Alan Carlos Guedes de Oliveira  | DIRETOR DE GESTÃO DE RISCOS                           | riscos@bb.com.br           |  |  |  |
| + Jayme Pinto Junior              | DIRETOR DE COMÉRCIO EXTERIOR E CORPORATE BANK         | dicec@bb.com.br            |  |  |  |
| + Antonio Carlos Wagner Chiarello | DIRETOR DE AGRONEGÓCIOS                               | agonegocios@bb.com.br      |  |  |  |
| + Neudson Pires de Freitas        | DIRETOR DE OPERAÇÕES                                  | diopc@bb.com.br            |  |  |  |
| + Vago                            | DIRETOR DE FINANÇAS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES       | financas@bb.com.br         |  |  |  |
| + João Vagner de Moura Silva      | DIRETOR DE CONTROLADORIA                              | controladora@bb.com.br     |  |  |  |
| + Daniela de Avelar Gonçalves     | DIRETORA DE SOLUÇÕES EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS  | demp@bb.com.br             |  |  |  |
| + Luciano Matarazzo Rego          | DIRETOR DE CRÉDITO                                    | credito@bb.com.br          |  |  |  |
| + Eduardo Cesar Passa             | DIRETOR DE CONTADORIA                                 | contadoria@bb.com.br       |  |  |  |
| + Luciana Possar                  | DIRETORA JURÍDICA                                     | djur@bb.com.br             |  |  |  |
| + Euler Antonio Luz Mathias       | DIRETOR DE GOVERNO                                    | governo@bb.com.br          |  |  |  |
| + Mariana Pires Dias              | DIRETOR DE GESTÃO DA CULTURA E DE PESSOAS             | dipes@bb.com.br            |  |  |  |
| + Vago                            | DIRETOR CORPORATE AND INVESTMENT BANK                 | mercapi@bb.com.br          |  |  |  |
| + Vago                            | DIRETOR DE CLIENTES VAREJO MPE E PF                   | dircv@bb.com.br            |  |  |  |
| + Guilherme Alexandre Rossi       | DIRETOR COMERCIAL ALTO VAREJO                         | dircv@bb.com.br            |  |  |  |
| + Paulo Sérgio Canavilho Araújo   | DIRETORA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO                   | dimac@bb.com.br            |  |  |  |
| + Pedro Bramont                   | DIRETOR DE NEGÓCIOS DIGITAIS                          | dind@bb.com.br             |  |  |  |
| + Rafael Machado Góes             | DIRETOR DE CONTROLES INTERIORS                        | controleinterios@bb.com.br |  |  |  |
| + Rodrigo Felipe Afonso           | DIRETOR DE SOLUÇÕES EM MEIOS DE PAGAMENTOS E SERVIÇOS | carpae@bb.com.br           |  |  |  |
| + Rodrigo Mulinari                | DIRETORA DE TECNOLOGIA                                | dtec@bb.com.br             |  |  |  |
| + Thiago Afonso Bonari            | DIRETOR DE ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÃO                   | dircv@bb.com.br            |  |  |  |
| + Kamilo Tenori Oliveira Silva    | DIRETOR COMERCIAL VAREJO                              | dircv@bb.com.br            |  |  |  |

### Diretoria executiva Banco do Brasil

<https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/diretoria-executiva/>

### Diretoria Executiva

- **Presidente (Presi):** Flávio Augusto Corrêa Basilio
- **Diretor Administrativo e Financeiro (Diafi):** Alfredo Tertuliano de Carvalho
- **Diretor de Tecnologia Desenvolvimento e Soluções (Dites):** Gustavo José Sousa da Silva
- **Diretor de Clientes, Operações e Serviços (Diope):** Gustavo Pacheco Lustosa

### Diretoria executiva BB Tecnologia

<https://www.bbts.com.br/index.php/quem-e-quem>

| MEMBROS                         | CARGO  |
|---------------------------------|--|
| + Gabriel Munica Galpold        | Presidente (membro indicado pelo acionista Controlador)                  |
| + Anelice Lenzi Ruas de Almeida | Vice Presidência (membro indicada pelo acionista Controlador)            |
| + Aramis Sá de Andrade          | Conselheiro (membro independente indicado pelo acionista Controlador)    |
| + Elisa Vieira Leonel           | Conselheira (membro indicada pelo acionista Controlador)                 |
| + Kelly Tatiane Martins Quirino | Conselheira (membro eleita pelos empregados do Banco do Brasil)          |
| + Marcelo Gasparino da Silva    | Conselheiro (membro independente indicado pelos acionistas minoritários) |
| + Robert Juenemann              | Conselheiro (membro independente indicado pelos acionistas minoritários) |
| + Tarciana Paula Gomes Medeiros | Conselheira (Presidente do Banco do Brasil)                              |

Conselho de Administração Banco do Brasil



| Conselho de Administração   |
|---|
| ▪ <b>Presidente:</b> Pedro Bramont  |
| ▪ <b>Vice-Presidente:</b> Rodrigo Mulinari                                  |
| ▪ <b>Conselheira:</b> Adriana Gomes de Paula Rocha                          |
| ▪ <b>Conselheiro Independente:</b> Marcos Ricardo Lot                       |
| ▪ <b>Conselheiro Representante dos Empregados:</b> Estefânio Williams Silva |

Conselho de Administração BB tecnologia



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)



| MEMBROS                        | FUNÇÃO     | DESCRIÇÃO                                     |
|--------------------------------|------------|---|
| + Vago                         | Presidente | Membro indicado pelo Ministério da Economia   |
| + Renato da Mota Andrade Neto  | Titular    | Membro indicado pelo Ministério da Economia   |
| + Lincoln Moreira Jorge Junior | Suplente   | Membro indicado pelo Ministério da Economia   |
| + Fernando Florêncio Campos    | Titular    | Membro indicado pelos acionistas minoritários |
| + Andrei José Deber            | Suplente   | Membro indicado pelos acionistas minoritários |
| + Gileno Gurjão Barato         | Titular    | Membro indicado pelos acionistas minoritários |
| + Antonio Emilio Santos Freire | Suplente   | Membro indicado pelos acionistas minoritários |



## Conselho Fiscal

- **Presidente:** Antônio Carlos Wagner Chiarello  
**Suplente:** Luís Fernando Ferreira Martins
- **Vice-Presidente:** Rafael Machado Giovanella  
**Suplente:** Bruno Alves Do Nascimento
- **Conselheiro:** Heriberto Henrique Vilela do Nascimento  
**Suplente:** Luiz Fernando Alves

### Conselho Fiscal do Banco do Brasil

### Conselho Fiscal do BB Tecnologia

Em caso semelhante o próprio colegiado do TST entendeu que a formação de grupo econômico pressupõe a existência de controle e fiscalização por uma empresa líder. Então como pode o Banco do Brasil comandar a BB tecnologia se seus principais administradores são totalmente distintos?

## IV.2 DA INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

Como já exaustivamente debatido, o Banco do Brasil e a reclamada principal são empresas totalmente autônomas, inclusive, com administração e corpo diretivo distintos, assim, não existindo grupo econômico a ser arguido na lide, uma vez que, a mera existência de sócio em comum não caracteriza a responsabilidade solidária.

Ademais as atividades desempenhadas não são de cunho bancário (como as dos funcionários do banco), mas de suporte computacional (atividade meio), conforme contrato (anexado nos autos), este que não passa de um contrato de terceirização de modo que não há que se falar em relação de pessoalidade e/ou subordinação com o Banco.

Além do mais, como já exposto o Banco do Brasil é controlado pela união e o art. 167 § 7º da CF, traz em seu texto que é vedado transmitir qualquer encargo financeiro decorrente de prestação de serviços para a união, sem previsão orçamentária para tal, de tal forma, o judiciário não deve obrigar ao pagamento via responsabilidade solidária.

Ainda a súmula 331 em seu inciso II e III, reitera:

#### ***Súmula nº 331 do TST***

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011**

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)



Do mesmo modo, não restou comprovada a falha no cumprimento das obrigações por parte do Banco, não podendo o ente da administração indireta, arcar com a falha de terceiros.

Conforme art. 71, § 1º da Lei 8.666/93 (a qual teve sua vigência prorrogada), a inadimplência do contrato, com referência aos encargos trabalhistas, não é transferida à administração pública a responsabilidade de seu pagamento. Mais uma vez, por força de Lei o Banco do Brasil, não deve ser responsabilizado.

## V. DA RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Com base na eventualidade, também passo a discutir a responsabilidade subsidiária do Banco do Brasil.

O C. STF já bateu o martelo e decidiu contra a tese de responsabilidade subsidiária, quando julgou a ADPF 324 e o Recurso Extraordinário em repercussão geral n. 958252, que versavam sobre a possibilidade de terceirização em todas as atividades da empresa.

O Supremo julgou que é lícita a terceirização em todas as etapas do processo produtivo, sejam elas em atividades-meio ou fim.

Nesse sentido, a modificação realizada pela reforma trabalhista passa a ser reconhecida pelo STF, cuja Decisão tem efeito vinculante para todo o Poder Judiciário. Do julgamento do Recurso Extraordinário n. 958252 foi firmada a seguinte tese de repercussão geral:

*É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.*

Faltam requisitos essenciais para caracterizar a relação de emprego, mesmo subsidiariamente, vez que:

- a) nunca houve a pessoalidade, pois, a RECLAMADA PRINCIPAL poderia substituir a parte RECLAMANTE a qualquer momento, inclusive quando o mesmo tirasse férias; faltasse ao trabalho;
- b) também nunca houve subordinação, pois, a parte RECLAMANTE era subordinado apenas e tão somente à RECLAMADA PRINCIPAL ainda que desempenhasse suas atividades nas dependências do Banco do Brasil;
- c) houve fiscalização da Reclamada Banco do Brasil, tanto é que o objeto da presente contenda contempla apenas verbas parciais.

Imperioso destacar, que o Banco do Brasil possui seu próprio quadro de empregados, onde detém sua responsabilidade objetiva junto as relações de emprego, não sendo o caso do presente processo, ainda, importante é esclarecer que a reclamante não é ocupante de um destes cargos junto ao Banco do Brasil, sendo tão somente prestadora de serviço contratada por um empresa contemplada em um processo totalmente lícito, devendo esta ser verdadeiramente responsável pelos



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

direitos trabalhistas de seus funcionários, assim como o Banco do Brasil é com os seus empregados.

É evidente que o Banco do Brasil não deu causa aos problemas narrados na exordial, injusto seria imputar responsabilidades de terceiros a esta empresa pública, visto que esta não cometeu nenhuma violação de direitos trabalhistas à reclamante, sendo inaplicável a responsabilidade subsidiária, estando de bem verdade com a lei, agindo de forma correta e dentro das diretrizes legais.

Até por ter dezenas de clientes e prestadores de serviços, a 2ª Reclamada sempre se pauta no mais alto padrão de respeito à legislação, com compliance e código de conduta próprios, de modo que só atua com terceirização lícitas.

Mesmo se cogitando crível a tese de responsabilidade subsidiária, a Reclamante em momento algum comprovou que a 2ª reclamada não tomou precauções e não foi vigilante. Com isso, afasta tese de culpa *in vigilando*.

Significa que não há comprovação de falhas na fiscalização do contrato de prestação de serviços ou vícios contratuais entre as empresas Reclamadas, que possam ter refletido em qualquer prejuízo ao Reclamante no inadimplemento das verbas requeridas.

Ademais, vale esclarecer que o Banco do Brasil sempre honrou com o pactuado, efetuando os respectivos pagamentos em dias, sem causar quaisquer transtornos, razão pela qual mais uma vez não mereceria responsabilização por conduta de terceiro.

Ou seja, caso haja qualquer pendência de pagamento, é de responsabilidade única e exclusiva da Reclamada Principal. No julgamento do RE 760.931/DF, submetido à sistemática da repercussão geral, temos mais um Precedente, que contraria a tese do Reclamante:

*O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1o, da Lei no 8.666/93. O e. STF entendeu que apenas se pode reconhecer a culpa in vigilando do Ente da Administração Pública nos casos em que haja efetiva comprovação da ausência de fiscalização do contrato firmado com a prestadora de serviços, não se cogitando de culpa presumida. Portanto, a Administração Pública responde pelos encargos trabalhistas inadimplidos pela empresa contratada apenas se*

*comprovado, por prova inequívoca nos autos, que houve falha efetiva e concreta na fiscalização contratual. O ônus de provar a falha em questão é do empregado, não bastando a mera alegação, a qual não substitui a necessidade de prova taxativa do nexo de causalidade entre a conduta da Administração e o dano sofrido pelo trabalhador” (excerto do acórdão RE 760.931/DF, Ministra Carmen Lúcia).*

O C. TST, acolheu o Precedente Vinculante do E. STF e seu entendimento resta pacificada, corroborando os termos da presente defesa:



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

I - AGRAVO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DOS SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. TRANSCENDÊNCIA RECONHECIDA. CULPA IN VIGILANDO NÃO CARACTERIZADA. CONDENAÇÃO INDEVIDA. *Ante as razões apresentadas pelo agravante, afasta-se o óbice oposto no despacho agravado. Agravo conhecido e provido.* II - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DOS SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO NÃO CARACTERIZADA. CONDENAÇÃO INDEVIDA. 1. *Decisão regional em que reconhecia a responsabilidade subsidiária do ente público de forma automática.* 2. *Nesse contexto, constatase possível violação do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93, nos moldes do art. 896 da CLT, a ensejar a admissão do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido.* III - RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.467/2017. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DOS SERVIÇOS. ENTE PÚBLICO. CULPA IN VIGILANDO NÃO CARACTERIZADA. CONDENAÇÃO INDEVIDA. 1. *No julgamento da ADC 16 o STF pronunciou a constitucionalidade do art. 71, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, pronúncia dotada de efeito vinculante e eficácia contra todos.* 2. *Ao julgamento do Tema 246 de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reafirmou sua jurisprudência, fixando tese no sentido de que o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93;* 3. *Tendo em vista as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, constata-se não ser possível a condenação automática do ente público, pautada na mera inadimplência das verbas trabalhistas. Nada obstante, observa-se que o Supremo Tribunal Federal não excluiu a possibilidade de a Justiça do Trabalho, com base nos fatos da causa, determinar a responsabilidade do sujeito público tomador de serviços continuados em cadeia de terceirização quando constatada sua conduta culposa.* 4. *No caso, constata-se da decisão recorrida que o ente público logrou demonstrar que houve fiscalização do contrato, ainda que as medidas tomadas não tenham sido suficientes a impedir o inadimplemento das verbas rescisórias. Exigir que a fiscalização seja tão eficaz a ponto de impedir o inadimplemento de qualquer crédito dos trabalhadores é, na prática, imputar à Administração responsabilidade irrestrita por qualquer irregularidade que possa ocorrer, o que não se permite. Nessa medida, inviável a condenação da tomadora dos serviços.* 5. *Configurada a violação do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93. Recurso de revista conhecido e provido.*

(TST -



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)

RRAg:

00223007720165040512, Relator: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Julgamento: 31/08/2022, 1ª Turma, Data de Publicação: 02/09/2022).

Desse modo, não há que se falar em responsabilização da 2ª reclamada.

## VI. DO DIREITO DE REGRESSO

Caso o Douto Juízo entenda que o reclamante tem alguma razão e seja aplicado a condenação a esta Reclamada, que, então, desde já a r. Sentença declare o direito de regresso do Banco do Brasil S/A contra a Primeira Reclamada, a real empregadora do Obreiro, de forma a possibilitar que tais créditos possam ser cobrados nestes autos por medida de economia processual

## VII. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, Requer:

- a. A improcedência de todos os pedidos da inicial.
- b. A deferimento do pedido de impugnação da gratuidade judiciária.
- c. Que sejam acolhidos e deferidos todos os pedidos da contestação
- d. Que seja admitida todos os meios de provas existentes no direito.

Nestes termos, confia deferimento.

Natal/RN, na data do protocolo.

**MARCOS DÉLLI RIBEIRO RODRIGUES**

OAB/RN 5.553; OAB/AC 6.160; OAB/AM A1.826; OAB/BA 73.409, OAB/CE 4.4762-A;

OAB/MA 24.851-A; OAB/MG 217.153,

OAB/PB 27.598-A; OAB/RR 699-A; OAB/RS 128.353A; OAB/SE 1.333A; OAB/SP 478.882;

OAB/PE 58.790; OAB/AP 5.322-A; OAB/PA34.580-A



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](#)



Aponte a sua  
câmera para  
o QR code ou  
[clique aqui](https://pje.trt8.jus.br/pjekz/validacao/25012216310850200000047204286?instancia=1)

